

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Aos 4 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 9 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**09:30 Horas**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - Proposta de lei n.º 271/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido;**  
**Relator - Deputado António Gameiro (PS)**
  - Proposta de lei n.º 272/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009;**  
**Relator - Deputado António Filipe (PCP)**
  - Proposta de lei n.º 273/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal;**  
**Relator - Deputado António Gameiro (PS)**
  - Proposta de lei n.º 274/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Estabelece os princípios gerais que regem a organização e funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto;

Relatora – Deputada Cecília Honório (BE)

4. **Apreciação e votação do relatório elaborado no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro – Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade;**

Relator – Deputado Carlos Peixoto (PSD)

5. **Ratificação das votações indiciárias na especialidade realizadas no Grupo de Trabalho - Direito de Autor e Direitos Conexos sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**Proposta de Lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;**

**Proposta de Lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;**

**Proposta de Lei n.º 247/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos;**

**6 Admissão e distribuição de petições;**

**7 Apreciação e votação das atas n.os 29 a 34/XII/4.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 6 a 30 de janeiro de 2015;**

**8 Outros Assuntos.**

**11:00 Horas**

**Audição da Ministra da Administração Interna, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera ao Regulamento (UE) n.º 208/2014 que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia - <b>Join(2015)1</b> <b>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Defesa Nacional</b>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos efetuados pela Turquia no cumprimento dos requisitos fixados no roteiro para a liberalização do regime de vistos [COM(2014)646]. <b>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</b>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (codificação) - <b>COM(2015)8</b> <b>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</b>	<b>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</b>	<b>NA</b>

No terceiro ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer relativo à [proposta de lei n.º 271/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS). Após um breve debate, em que interveio a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

Seguidamente, procedeu-se à apreciação do parecer relativo à [proposta de lei n.º 272/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Filipe (PCP). Após um breve debate, em que interveio a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, do BE e do PEV.

Foi também apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 273/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS). No debate que se seguiu, usou da palavra a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), que sugeriu que as transcrições das conclusões dos pareceres emitidos pelo Conselho Superior do Ministério Público e pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, constantes da «Parte I – Considerandos», passassem a constar da «Parte II – Opinião do relator» do parecer, sugestão que não foi acolhida pelo Senhor Deputado relator, por entender que se limitara a plasmar as conclusões dos dois pareceres, sem fazer qualquer tipo de seleção. A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) retorquiu que não fazia ponto de honra nessa alteração, apesar de considerar que se estava a abrir um precedente com o qual não concordava. Por sua vez, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) reiterou o apelo à maioria no sentido de requerer a baixa

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

à Comissão, sem votação, da proposta de lei em discussão. No final, submetido a votação, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado, por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

Procedeu-se, ainda, à apreciação do parecer relativo à [proposta de lei n.º 274/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto, que foi apresentado pelo respetiva relatora, Senhora Deputada Cecília Honório (BE). No debate que se seguiu, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) colocou de novo a questão de o parecer, na sua «Parte I – Considerandos», conter transcrições seletivas de vários pareceres, sem sequer os identificar, no caso, como conclusões, pelo que propôs que as mesmas passassem a constar da «Parte III – Opinião do relator», proposta que foi rejeitada pela Senhora Deputada relatora. Usaram, ainda, da palavra, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), João Lobo (PSD) e Isabel Moreira (PS). No final, submetido a votação, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado, com votos a favor do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE e a abstenção do PSD, registando-se a ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório elaborado no âmbito da [Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014](#), de 29 de outubro – Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD). Após um breve debate, em que interveio a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), o relatório foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE, na ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, relativo à ratificação das votações indiciárias, na especialidade, realizadas no Grupo de Trabalho – Direito de Autor e Direitos Conexos, sobre as propostas de lei n.ºs [245/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu; [246/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada; e [247/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, o Grupo Parlamentar do PS requereu a avocação pelo o plenário da Comissão da discussão e votação das propostas de alteração aos seguintes artigos da proposta de lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup>: alíneas *j*) e *k*) do artigo 2.º; aditamento de um novo n.º 1 ao artigo 4.º; n.ºs 2 e 3 ao artigo 5.º; alínea *m*) do n.º 2 do artigo 6.º; n.º 2 do artigo 8.º; n.º 4 e aditamento de dois novos números ao artigo 11.º; n.ºs 2 e 5 do artigo 12.º; n.ºs 1, 3 e 6 do artigo 28.º; n.ºs 1 e 3 e aditamento de três novos números ao artigo 37.º. E, ainda, dos artigos 19.º-A e 23.º, nas redações aprovadas indiciariamente pelo Grupo de Trabalho.

Para fazer a apresentação conjunta das propostas de alteração e dos artigos avocados, usou da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), tendo o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) informado a Comissão de que faria chegar à mesa da Comissão o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PCP relativamente a cada um dos artigos das propostas de lei em discussão e votação.

Dado o atraso verificado no decurso dos trabalhos, e uma vez que se encontrava agendada a audição da Senhora Ministra da Administração Interna, a continuação da discussão e votação da matéria agendada no quinto ponto da ordem de trabalhos foi adiada para a reunião seguinte da Comissão. Foram igualmente adiados os demais pontos constantes da ordem de trabalhos.

Após uma breve interrupção, deu-se início à audição da Senhora Ministra da Administração Interna, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.ª SL**

A Senhora Ministra da Administração Interna, Prof.ª Dra. Anabela Miranda Rodrigues, - que vinha acompanhada pelos Senhores Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, e da Administração Interna, Dr. João Pinho Almeida – produziu uma intervenção inicial, na qual deu conta das posições e atividade recente do Ministério na luta contra o terrorismo, acerca das condições operacionais e orgânica das Forças de Segurança e sobre a sequência dada ao Relatório da Inspeção-geral da Administração Interna sobre a atribuição dos chamados “vistos *gold*” pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, após o que formularam questões os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Carlos Abreu de Amorim (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE), aos quais respondeu individualmente, tendo os Senhores Secretários de Estado complementado algumas.

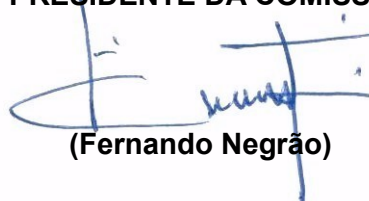
Por fim interveio o Senhor Deputado José Magalhães (PS), a quem a Senhora Ministra também respondeu.

A audição foi integralmente gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta *ata*, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de fevereiro de 2015

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Fernando Negrão)**

**Nota: aprovada a 04-03-2015**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 35/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lação  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Carlos Abreu Amorim  
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares  
Isabel Oneto  
Telmo Correia  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira